

# Brasília, ano 30: vira realidade o sonho da capital do terceiro milênio

LUIZ ADOLFO PINHEIRO

Ao completar 30 anos de capital da República, Brasília pode se orgulhar de ter sido cenário daqueles episódios políticos que fazem parte integrante de um país do Terceiro Mundo, especialmente da América Latina. A cidade já assistiu à posse de dois presidentes eleitos pelo voto popular — Jânio Quadros em 1961 e Fernando Collor, em 1990. Já testemunhou posses de generais-presidentes indiretos e até de uma junta militar de três meses de duração, em 1969. Já viu um presidente renunciar (Jânio), outro ser deposto (João Goulart), um terceiro adoecer e depois morrer (Costa e Silva), um quarto falecer antes da posse (Tancredo Neves) e até um vice chegar ao poder sem antes ter sido empossado com o titular (José Sarney).

Brasília teve até uma quartelada bem latino-americana: em 12 de setembro de 1963, cerca de 600 sargentos e praças da Marinha e da Aeronáutica (os do Exército não aderiram) fizeram um levante militar contra decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou os sargentos ineleáveis — conforme, aliás, determinava a Constituição da época. O levante foi um fiasco e acabou dominado em poucas horas pelas forças do Exército.

É, portanto, uma crônica bem movimentada para uma capital de apenas três décadas de existência, que foi inaugurada com festas e muita pompa para ser a "capital da esperança", nas palavras do então ministro da Cultura da França, André Malraux. Se Brasília foi festa e alegria no seu primeiro ano de vida, começou a enfrentar problemas logo no ano seguinte, 1961, quando aqui aportou o presidente Jânio Quadros eleito pelos famosos "seis milhões de votos" que, na verdade, foram 5.636.623 votos, um recorde até à época. Brasília e Jânio nada tinham em comum. A nova capital sugeria um clima de otimismo, de confiança no futuro, no arrojo arquitetônico, inovação urbanística, liberdade.

O presidente que chegava,

entretanto, trazia o semblante sombrio. Pregava que a situação do País era "terrível" e que o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, na verdade, havia mantido a opinião pública nacional "entre os vapores inebriantes de uma euforia quase leviana", conforme seu discurso na noite de 31 de janeiro de 1961, dia da posse.

## PROVA DE FOGO

Em sete meses de governo, Jânio desenvolveu uma notável política externa, única herança que deixou, enquanto paralisava o País com medidas contraditórias e recessivas. Brasília "pagou o pato": a cidade, que vinha no ritmo JK, praticamente parou. E, como capital, teve de enfrentar seu batismo de fogo: a renúncia inesperada de Jânio, a 25 de agosto.

Durante treze dias a partir daí, Brasília teve de se transformar, às pressas, naquilo que Juscelino escrevera na parede exterior do Museu da Praça dos Três Poderes: "cérebro das altas decisões nacionais". Os três ministros militares seguiram para o Rio, depois de dar um solene veto à posse do vice-presidente João Goulart, então em Cingapura, de volta de uma viagem oficial à China, em que abraçara Mao Tse-tung e elogiara as comunas populares chinesas.

O Congresso tornou-se, pela primeira vez, o laboratório de uma solução política para a crise, que dividiu as Forças Armadas e uniu a opinião pública em defesa da Constituição. A fórmula parlamentarista foi aprovada e, a 7 de setembro, Jango tomava posse como presidente em regime de co-existência com um conselho de ministros, presidido por Tancredo Neves.

Brasília saía-se bem de sua primeira grande prova. Três anos depois, viria a segunda — e mais difícil: a deposição do mesmo João Goulart, que subira ao poder com o aval do parlamentarismo mas que, por um grave erro político, desembaraçara-se dele para restaurar o presidencialismo, ficando, portanto, vulnerável aos inimigos. Esses se levanta-

ram em 31 de março de 1964, numa insurreição que começou em Minas, mas rapidamente se espalhou pelo País.

Para quatro anos incompletos de Capital Federal, um apreciável acervo de crises: renúncia de Jânio, sublevação de sargentos, queda de Jango.

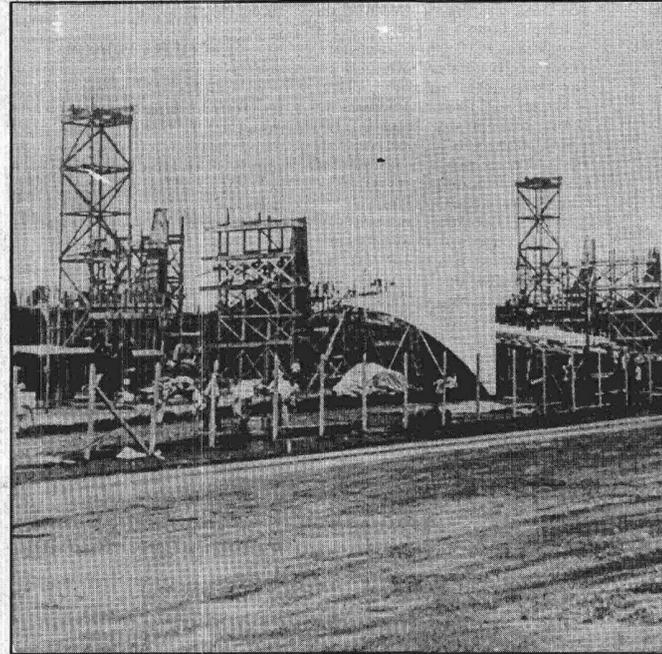
## TURBULÊNCIA

Mas isso era apenas o começo. Uma capital latino-americana, mesmo que de linhas futuristas e pretensões universalistas, não pode viver sem reconhecer, de vez em quando, alguns pronunciamentos militares. E Brasília conheceria ainda muitos pela frente.

O terceiro presidente da República a tomar posse em Brasília — e o primeiro geral da safra de 1964 — foi o marechal Castello Branco, em 15 de abril de 1967. E foi também o primeiro a se empossar perante um Congresso candango, pois os deputados e senadores que, a contragosto, vieram para Brasília em 1960 haviam sido eleitos em 1958, quando o Parlamento ainda funcionava no Rio de Janeiro. Em 1962, contudo, os congressistas já foram eleitos para o Congresso que funcionava em Brasília.

Esse Congresso também seria o primeiro, mas não o último, a sofrer a barretada das cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos impostas pelos Atos Institucionais. Quando Castello assumiu, 40 cabeças de titulares e suplentes, a maioria de deputados, já havia rolado para longe do Poder Legislativo.

A partir de 1964, Brasília seria a capital dos generais-presidentes por longos 21 anos. O próximo seria o marechal Costa e Silva, empossado em 15 de março de 1967, sob a luz de uma nova Constituição, que se pretendia duradoura. O destino, porém, impôs ao marechal-presidente um derrame cerebral em agosto de 1969, de que se valeram os ministros militares para vetar a posse do vice, o civil Pedro Aleixo e se arvorarem o exercício do poder supremo até que escolhessem outro general-presidente. Brasília conhecia, assim, em menos de



Um ano antes da inauguração, o esqueleto do Palácio do Planalto começa a erguer do chão



Na boléia do caminhão, candangos participam da inauguração



No começo de Brasília, diversas setas como estas indicavam a localização das obras e acampamento dos candangos



O árduo trabalho dos desbravadores: operários cortam as árvores na Belém-Brasília

dez anos de vida como capital da República, mais um golpe militar.

O sucessor viria na pessoa do general Emílio Garrastazu Médici, empossado a 30 de outubro de 1969, quando se levantou a pesada cortina do recesso imposto ao Congresso desde dezembro de 1968 pelo Ato Institucional nº 5. Médici tomaria posse com esperanças de abertura: "Em vez de jogar pedras vamos utilizá-las para construir o futuro", disse o general na televisão.

Com Médici, Brasília ganharia, pelo menos, uma grande vantagem: deixaria de ser a capital de segunda classe e tomaria definitivamente do Rio de Janeiro, a partir de 1970, o bastão do comando da política nacional. Se JK foi construtor de Brasília, Médici foi seu consolidador definitivo. Ao contrário dos presidentes anteriores, que dividiam seu tempo entre Rio e Brasília (inclusive Castello e Costa e Silva), Médici fez de Brasília seu único domicílio. E determinou a transferência de todos os órgãos para cá, tirando da beira-mar alguns "monstros sagrados" da burocracia

federal, como o Banco do Brasil, o Banco Central e outros órgãos.

Brasília ainda assistiria a mais dois governos de generais de 1964: Geisel e Figueiredo. O primeiro concluiu o processo de transferência definitiva da capital para Brasília e começou a distensão "lenta, gradual e segura" do regime de 1964 — segura, sem dúvida, mas lenta e gradual demais para um País que tinha pressa de democracia e de eleição presidencial direta.

## VIDA MORN

Como sede do poder durante o regime dos militares, Brasília teve pouca participação nos grandes eventos políticos dos anos 70, até as "diretas-já" de 1984. O olho do furacão é sempre um lugar tranquilo, pois a instabilidade é na periferia. O País ardia de guerrilha urbana e até rural, repressão e desaparecimentos, torturas e agitação, mas a capital federal não espelhava plenamente essa realidade. Afastada dos grandes centros urbanos e das zonas de maior tensão, Brasília certamente

teve seus personagens próprios no drama brasileiro contemporâneo, mas sem a intensidade das outras metrópoles, onde tomava curso um poderoso rio que desaguaria com força no Lago Paranoá: a candidatura civil de Tancredo Neves, com seu vice José Sarney.

O último general-presidente, João Figueiredo, legou a anistia, o fim do AI-5, a plena liberdade de imprensa e o multipartidarismo, que enterrou a dicotomia "Arena versus MDB, que manteve o País aprisionado artificialmente por quinze anos.

Assim, ao completar 25 anos, em 21 de abril de 1985, Brasília via terminar seu primeiro quarto de século com um governo civil, com as liberdades restabelecidas e com uma razoável bagagem de experiências políticas e militares para tão pouco tempo de Capital Federal. A cidade fora cenário de posses democráticas, de renúncia, de deposição, de quartelada, de escuridão, de recessos legislativos e Atos Institucionais, de um derrame presidencial e até de um estado de emergência, que

dera notoriedade ao general Newton Cruz, no dia da votação do projeto de "diretas-já" pelo Congresso sitiado, em abril de 1984. E, para completar o 25º aniversário, Brasília via morrer em São Paulo o presidente eleito Tancredo Neves, tornando definitivo no poder o seu vice José Sarney.

Nos cinco anos de Sarney, a capital da República ganharia mais um título para sua coleção: a de sede, pela primeira vez, de uma Assembleia Nacional Constituinte. E antes de completar 30 anos, Brasília já dava à luz uma nova Constituição Federal e reinaugurava o costume introduzido logo no início da vida da cidade, e também logo interrompido, de dar posse a um presidente da República eleito pelo voto direto e que utilizasse o parlamento do Palácio do Planalto para falar ao povo.

E muito, para uma crônica política de apenas 30 anos. Se a normalidade constitucional jamais tivesse sido quebrada desde a posse de Jânio Quadros, em 31 de janeiro de 1961, Brasília estaria agora no governo do seu quinto sucessor, cujo mandato termina-

ria em janeiro do ano que vem.

## INCÓGNITA

Fica a pergunta: e se a capital ainda fosse no Rio de Janeiro? Ninguém tem a resposta sobre o que teria sido a vida política brasileira nesses 30 anos, embora uma certeza se possa ter, pela experiência de Brasília: dos três poderes da República, o Executivo e o Judiciário, principalmente com o regime de 1964, se deram muito bem com a nova capital. O mesmo, entretanto, não se pode dizer do Legislativo.

Afastado do Rio, com as suas galerias quase sempre vazias, o Congresso Nacional ficou ainda mais indefeso em Brasília do que já o era no Rio de Janeiro, onde foi fechado mais de uma vez, desde a Constituinte de 1823 que desafiou o imperador D. Pedro I. O Congresso é sempre a primeira vítima do autoritarismo, esteja onde estiver, mas não há dúvida que foi mais fácil cassá-lo e pô-lo em recesso em 1964, 1966 e 1968/1969 em Brasília, do que se estivesse no Rio.

Por outro lado, Brasília es-

timulou, desde o nascedouro, muitas benesses e vantagens que passariam à execração pública com o nome genérico de "mordomias", iniciadas com a famosa "dobradinha" que se pagava aos servidores que ousavam trocar o Rio pelo cerrado goiano. Como 21 dos 30 anos de Brasília foram vividos no regime de generais-presidentes, debite-se a eles a maior parte do que se convencionou chamar de mordomias, bem como pelo inchaço da máquina estatal brasileira. Até onde Brasília tem culpa por isso?

Construída para dar realidade à conquista do vasto interior brasileiro, Brasília, sem dúvida, alcançou plenamente seus objetivos nesses 30 anos.

## EQUIPE

Edição: Sylvio Guedes.  
Redação: Washington Sidney, Marcos Machado e Antônio Caraballo.  
Diagramação: Randal Junqueira e João Silva Afonso.  
Textos de Luis Felipe Panerai, Carmen Cruz, Eliane Oliveira, Isabel Garcia, Sueli Montenegro, Luiz Adolfo Pinheiro, Andréa Moraes, Cláudio Tourinho, Júlio Mosquera, Carlos Honorato, Irlam Rocha Lima, Paulo Pestana e Sylvio Guedes.